

Isomorfismo e sustentabilidade: análise nas empresas do setor elétrico brasileiro

Isomorphism and sustainability: an analysis in companies of the Brazilian electric sector

Nathállya Etyenne Figueira Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba – PPGA/UFPB. João Pessoa, PB [Brasil]
nathallyaetyenne@gmail.com

Pedro Felipe da Costa Coelho

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba – PPGA/UFPB. João Pessoa, PB [Brasil]

Carlos Eduardo Cavalcante

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Professor Adjunto no departamento de Administração da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, PB [Brasil]

Resumo

As organizações tendem a utilizar procedimentos e modelos de outras empresas, já institucionalizados num dado campo, resultando em características isomórficas, de acordo com a teoria institucional. Essa temática tem sido bastante disseminada quando se trata de práticas empresariais sustentáveis, e algumas organizações têm buscado adaptar seus interesses para equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental. Nesse sentido, objetivou-se neste estudo analisar como ocorre o isomorfismo nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico que compõem o ISE. Utilizou-se uma abordagem qualitativa e procedeu-se a uma pesquisa descritiva por meio da análise documental de tais relatórios entre o período de 2011 a 2014. Os resultados encontrados revelam presença de isomorfismo coercitivo e normativo nos relatórios das dez empresas analisadas, decorrente de pressões formais e informais e da necessidade de vinculação profissional compreendida por essas organizações.

Palavras-chave: Isomorfismo. Relatórios. Setor elétrico. Sustentabilidade. Teoria institucional.

Abstract

According to institutional theory, organizations tend to use procedures and models of other organizations that are already institutionalized in a given field, resulting in isomorphic characteristics. This theme is commonly seen in situations involving sustainable business practices, and some companies have tried adapting their interests to balance economic, social, and environmental factors. Given this scenario, the objective of this study was to analyze how the isomorphism occurs by examining sustainability reports of electric power companies that comprise the electric sector. We used a qualitative approach and conducted a descriptive study through document analysis of such reports for the period of 2011 to 2014. The results drawn from the reports of the ten companies analyzed reveal the presence of coercive and normative isomorphism due to formal and informal pressures and the need felt by these companies for their professionalization.

Key words: Electric sector. Institutional theory. Isomorphism. Sustainability. Report.

1 Introdução

O aumento da emissão de gases tóxicos e da poluição hídrica são exemplos de ações de pessoas e organizações que, recorrentemente, são noticiadas nos veículos de comunicação e evidenciam a má utilização dos recursos naturais. As consequências dessas práticas são diversas, como o maior número de enchentes e a escassez de recursos, até então, renováveis. Nesse sentido, algumas empresas estão buscando adotar uma postura distinta das demais, pela incorporação de práticas lucrativas e socialmente positivas.

Diante desse cenário, duas temáticas estão sendo discutidas com frequência pelos pesquisadores de Administração, em virtude da relevância que possuem para as empresas e para a sociedade, são elas: a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Enquanto a responsabilidade social contempla expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias da sociedade perante as organizações (CARROL, 1999), o desenvolvimento sustentável relaciona-se, primordialmente, à busca pelo equilíbrio das dimensões econômica, social e ambiental (ELKINGTON, 2012).

Nessa direção, as organizações que optam por realizar práticas e procedimentos sustentáveis buscam aliar-se a projetos consolidados, legitimados perante a sociedade. Por exemplo, no caso do Brasil, algumas empresas que adotam essas práticas sustentáveis podem ser identificadas pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&FBovespa, que tem o objetivo de ser o indicador médio das cotações dos ativos de empresas com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial (BM&FBOVESPA, 2014).

Como mencionado, uma das justificativas para o interesse das empresas nacionais em fazerem parte do ISE é a vinculação de suas marcas a projetos legitimados pela sociedade. Sob o

enfoque da teoria institucional, as organizações tendem a utilizar procedimentos e modelos de outras já institucionalizadas, de modo que garantam sobrevivência no ambiente em que se encontram (MEYER; ROWAN, 1977). Nesse sentido, as organizações que se constituem em um dado campo estão expostas a um mesmo conjunto de forças e tendem a exercer influências umas sobre as outras, gerando uma dinâmica que resulta em homogeneidade (MELO; HELAL, 2014), ou seja, as organizações tendem a se parecer umas com as outras em busca de legitimidade e sobrevivência. Tal fenômeno é também denominado de isomorfismo (DIMAGGIO; POWELL, 2007).

Em relação às organizações que compõem o ISE, espera-se que estas realizem atividades socialmente responsáveis e, neste caso, precisam divulgar de maneira pública tais atividades. Uma maneira de realizar essa divulgação é por intermédio de relatórios, como o proposto pela Global Reporting Initiative (GRI). O GRI é utilizado como um guia, globalmente aceito, para a elaboração dos relatos sobre o desempenho econômico, social e ambiental de uma organização (GRI, 2015). Como este relatório tem grande aceitação perante as organizações que tem capital aberto e que realizam atividades socialmente responsáveis, algumas características isomórficas podem ser encontradas e já foram relatadas, inclusive, em estudos anteriores (CAMPBELL, 2007; JACOMASSI; CASAGRANDE; REIS, 2015; PARENTE et al., 2014; SABADO; FARIAS FILHO, 2011; SAMPAIO et al., 2012).

Enquanto em parte das pesquisas discutiram-se as práticas isomórficas em instituições bancárias (RIBEIRO, 2011; RESE; CANHADA, 2012), em outras publicações investigou-se o setor elétrico (GODÓI-DE-SOUSA; BUENO; ALVES, 2013). Também foi analisada a ocorrência de isomorfismo no *disclosure* de sustentabilidade nos relatórios GRI de empresas desse setor (PARENTE

et al., 2014), embora a investigação tenha sido feita com relatórios de 2008 a 2011, nas dimensões econômicas, sociais e ambientais e com abordagem quantitativa.

Desse modo, percebe-se a relevância da análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico que compõem o ISE, com fundamento na teoria institucional, enfocando o isomorfismo, a fim de identificar se as organizações possuem práticas sustentáveis com características convergentes. O setor elétrico representa 10,685% da carteira do ISE (2014), e é um dos mais suscetíveis à intervenção estatal (BRAGA et al., 2011; PARENTE et al., 2014). Assim, a problemática desta pesquisa se pauta na seguinte questão: “Como ocorre o isomorfismo nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico que compõem o ISE?”. Para respondê-la, neste estudo, objetivou-se analisar como se apresenta o isomorfismo nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico que compõem o ISE. Assim, os tópicos seguintes irão abordar a fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos, os resultados e as considerações finais desta investigação. A responsabilidade social e a sustentabilidade serão retratadas no tópico seguinte, assim como a teoria institucional e o isomorfismo, como se observa a seguir.

2 Fundamentação teórica

2.1 Responsabilidade social e sustentabilidade

Diante da ascensão da responsabilidade social no contexto organizacional, as empresas estão revendo suas formas de atuação e se adequando às mudanças da sociedade, que hoje preza pela qualidade de vida, pela diminuição da desigualdade social, e, sobretudo, por um ambiente com menos agressões. Nesse sentido, o conceito e a aplicabili-

dade da responsabilidade social vêm sendo disseminados no mundo nos últimos anos.

A responsabilidade social surgiu na década de 1990 por meio das organizações sem fins lucrativos. Nessa época, as primeiras instituições criadas foram o Instituto ETHOS, que objetiva inserir o aspecto social no modo de atuação das empresas, de modo que estas diminuíssem seus impactos negativos tanto na sociedade quanto no ambiente, e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que desenvolveu um modelo de balanço social para que as empresas divulguem suas ações que beneficiam a sociedade e o meio ambiente (BARBOSA, 2003).

A responsabilidade social nada mais é do que o compromisso das pessoas e organizações perante a sociedade e o que se faz para melhorá-la. Assim, para Ashley (2003), esta pode ser conceituada como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade expresso por meio de ações que a afetem positivamente, de modo amplo ou específico.

Importante destacar que o crescente envolvimento de empresas em inúmeras áreas de interesse público não pode ser justificado por ações estritamente direcionadas ao aumento da lucratividade dessas organizações. A globalização abriu espaço para um papel mais ativo e necessário das empresas, no fornecimento de bens públicos e, ainda, como ator político relevante (VASCONCELOS et al., 2012). Nesse sentido, agir de maneira socialmente responsável é essencial para as organizações, visto que práticas sociais recorrentes empreendidas por indivíduos e organizações dentro de um sistema social, favorece a criação de relação entre os atores envolvidos (CZINKOTA; KAUFMANN; BASILE, 2014).

Portanto, a sustentabilidade é uma prática da responsabilidade social que busca diminuir as disparidades entre suas três dimensões principais: econômica, social e ambiental. Surgiu por meio de

pesquisas da Organização das Nações Unidas (ONU), realizadas em meados do século XX, num cenário de mudanças ambientais. Posteriormente, a Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) desenvolveu um relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, com informações sobre questões sociais, ambientais, políticas e econômicas (BARBOSA, 2007).

Neste relatório, produzido pela CMMAD, também consta o conceito de desenvolvimento sustentável, que é um esforço para atender as necessidades das gerações presentes, sem comprometer as necessidades das gerações futuras (RIBEIRO, 2011). Em decorrência de todos esses incentivos e ações para tornar o mundo mais sustentável, algumas empresas vêm adotando práticas que minimizem agressões ao meio na qual estão inseridas. Além de adotar tais práticas, as organizações contemporâneas também estão buscando evidenciar suas ações ambientais com relatórios alternativos que possam informar os benefícios sobre os eventos ambientais (WARKEN et al., 2014).

Um exemplo é o relatório da Global Reporting Initiative (GRI), criado em 1997. Trata-se de um documento baseado no *triple bottom line*, abordando questões de natureza econômica, social e ambiental (RIBEIRO, 2011). Estudos anteriores foram desenvolvidos pela análise desses relatórios elaborados por empresas de segmentos empresariais distintos, como a educação (FONSECA et al., 2011) e o setor elétrico (PARENTE et al., 2014).

A dimensão Social refere-se aos impactos da organização nos sistemas sociais em que opera; a dimensão Econômica está direcionada para os impactos da organização sobre as condições econômicas das suas partes interessadas e sobre os sistemas econômicos locais, nacionais e globais; e a dimensão Ambiental diz respeito aos impactos da organização nos sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas, solos, ar e água (GRI, 2015).

De acordo com Strobel (2005), a prática da responsabilidade social nas organizações deve englobar estratégias de longo prazo que passa a incluir a necessária preocupação com os efeitos das atividades desenvolvidas e busca proporcionar o bem-estar social. Dessa forma, uma organização considerada socialmente responsável pode beneficiar-se tanto por reforço na sua reputação perante o público em geral, como por sua reputação dentro da comunidade empresarial e, nesse sentido, aumentar a sua competitividade (JACOMOSISI; CASAGRANDE; REIS, 2015). Como a sustentabilidade e a responsabilidade social têm sido bastante difundidas nos últimos anos, a sociedade tem institucionalizado novos valores que passam a ser seguidos e legitimados.

A institucionalização de tais práticas pode ocorrer de maneira consciente ou inconsciente, e uma explicação para esse fenômeno pode ser encontrada na teoria institucional, na qual se afirma que, quando novos valores são aceitos e institucionalizados na sociedade, há uma incorporação de outras práticas pelas empresas que passam a ser seguidas por determinado setor pelo fato de serem consideradas melhores em um dado sistema social (BARBIERI et al., 2010).

Quando ocorre a adoção de práticas, modelos, produtos legítimos num determinado ambiente, as organizações que os adotaram tendem a se tornarem homogêneas, ou seja, a se tornarem isomórficas, como forma de garantir a sobrevivência e atender às necessidades do mercado/sociedade (WARKEN; KLAN, 2014). Diante disso, a teoria institucional e o isomorfismo serão retratados no tópico seguinte.

2.2 Teoria institucional e isomorfismo

As pessoas e as organizações estão inseridas em ambientes nos quais interagem e buscam recursos para sobrevivência. Em relação a uma em-

presa, esse ambiente corresponde ao de tarefas, que é aquele no qual ela atua diretamente e tem maior impacto na forma do cumprimento dos objetivos (MOTTA; VASCONCELOS, 2006). Com o passar do tempo, a visão funcionalista foi dando espaço a outros paradigmas, como é o caso do ambiente institucional, que leva em consideração a construção social do ambiente formado por organizações que oferecem produtos e serviços semelhantes, mas que interagem a partir de regras estipuladas para serem seguidas a fim de garantir sobrevivência e legitimidade (MACHADO-DA-SILVA et al., 2001).

Nesse contexto, os estudiosos que romperam com a forma convencional de estrutura organizacional foram Meyer e Rowan em meados de 1977, que destacaram a característica simbólica das organizações (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 1998). A partir da institucionalização da teoria institucional, duas vertentes se estabeleceram: o “velho” institucionalismo e o neo-institucionalismo.

De acordo com Scott (1995), no velho institucionalismo, as organizações mantinham a ênfase nas macroestruturas institucionais, sistemas políticos. E o que seria institucionalização? Motta e Vasconcelos (2006) conceituam institucionalização como sendo algo tomado como certo para um dado grupo social e que se torna uma verdade aceita naturalmente para os membros desse grupo. Percebe-se que no velho institucionalismo ainda há predominância do paradigma funcionalista, baseada numa abordagem objetiva da realidade social (MELO; HELAL, 2014).

Em 1970, surge o neo-institucionalismo com ênfase na abordagem social da teoria institucional, que considera as interações sociais e o aspecto cognitivo dos indivíduos. Motta e Vasconcelos (2004, p. 394) mencionam o seguinte: “O neo-institucionalismo considera as organizações como ‘atores sociais’ que interagem e moldam o ambien-

te [...]”. Nesse sentido, Zucker (1977) o considera como sendo orientado por teorias sociais, de natureza interpretativa e abordagem subjetiva das ciências sociais, na qual a visão é de que a realidade é socialmente construída.

Diante de ambas as vertentes da institucionalização, Carvalho, Vieira e Goulart (2005) afirmam que o reconhecimento social e a legitimação representam requisitos básicos para a obtenção de outros recursos, tais como tecnológicos, financeiros, humanos, matéria-prima, tornando o ambiente institucional imprescindível para algumas organizações. A legitimação se baseia na homogeneização contextual (CZINKOTA; KAUFMANN; BASILE, 2014), e, assim, organizações legitimadas numa dada situação tendem a se tornar homogêneas, uma vez que suas práticas já são aceitas perante os atores que neste contexto interagem.

Nessa direção, organizações que adotam práticas, modelos, regras e normas já institucionalizadas no ambiente em que estão inseridas, tenderiam a sobreviver. Meyer e Rowan (1977) também compactuam desse pensamento, quando afirmam que organizações que tendem a incorporar práticas e procedimentos institucionalizados aumentam sua legitimidade e perspectiva de sobrevivência, independentemente da eficácia imediata dessas ações.

Ao adotar práticas e procedimentos já utilizados por organizações legitimadas na sociedade, as empresas tendem a ficar homogêneas, ou seja, tornam-se semelhantes em termos de modelos e procedimentos. Esse fenômeno é conhecido na teoria institucional como isomorfismo. Segundo a descrição de Hawley (1968), o isomorfismo é um processo que força uma unidade de uma população a se assemelhar às outras unidades que desfrutam das condições do mesmo ambiente (DIMAGGIO; POWELL, 2007). Essa mudança é necessária quando uma empresa não consegue resolver um problema por si só e acaba observando

processos de outras organizações e os implementando de maneira parecida, por meio de regras socialmente aprovadas (CRUBELLATE; GRAVE; MENDES, 2004; JOÃO; MACHADO, 2012).

De acordo com Czinkota, Kaufmann e Basile (2014), o isomorfismo implica na aceitação de critérios estabelecidos num dado contexto institucional, com o propósito de maximizar a legitimidade e os recursos, e a capacidade de sobrevivência. DiMaggio e Powell (2007) identificaram três mecanismos que caracterizam a mudança isomórfica institucional encontrados nas organizações, são eles: isomorfismo coercitivo, isomorfismo mimético e isomorfismo normativo.

O isomorfismo coercitivo é o resultado das pressões de força e persuasão para adoção de determinado modelo ou procedimento institucionalizado, muitas vezes essas pressões são postas por meio de ações governamentais e leis. Ou seja, deriva de influências políticas e da busca por legitimidade (RIBEIRO, 2011; WARKEN; KLAN, 2014; WILLIAMS et al., 2009). Assim, esse tipo de isomorfismo é caracterizado pela incorporação de modelos e estruturas, podendo ocorrer pela força ou pela autoridade legítima.

O isomorfismo mimético se caracteriza pela imitação. Quando há objetivos ambíguos ou as metas não são claras, ou seja, quando existe incerteza, as organizações tendem a copiar práticas e estruturas que são aceitas pela sociedade e que tem um quadro de sucesso. Muitas vezes, o fazem de forma involuntária por não saberem realmente o objetivo da organização, e, em outros casos, para conseguir sobreviver em determinado ambiente (DiMAGGIO; POWELL, 2007; JACOMOSSI; CASAGRANDE; REIS, 2015; WILLIAMS et al., 2009).

O isomorfismo normativo provém da profissionalização. DiMaggio e Powell (2007) afirmam que existem dois importantes aspectos da profissionalização que são fontes do isomorfismo: o fato da educação formal e da legitimação se apoiarem numa base cognitiva produzida por especialistas universitários; e o crescimento e elaboração de redes profissionais que transcorrem as organizações e por meio dos quais novos modelos são difundidos. Assim, as pressões normativas dizem respeito ao conjunto de regras e processos correspondentes a ocupações ou atividades específicas (CZINKOTA; KAUFMANN; BASILE, 2014).

Esquemáticamente, o processo de mudança isomórfica pode ser caracterizado da seguinte forma:

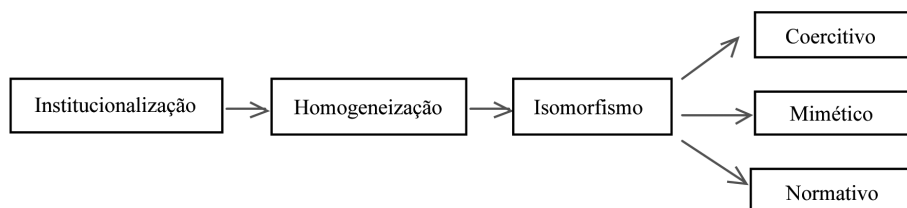


Figura 1: Esquema do processo de mudança isomórfica

Fonte: Os autores.

Dessa maneira, a partir do processo de institucionalização surgem características de homogeneização de práticas, procedimentos e modelos. No caso da responsabilidade social e da sustentabilidade, ambas têm-se tornado institucionalizadas perante a sociedade e espera-se dos governantes e das empresas posturas que acobertem essas vertentes, já que muitas atividades, se não todas, afetam diretamente os recursos da natureza e a própria sociedade.

3 Metodologia

Este estudo é classificado como qualitativo de caráter descritivo, visto que foi conduzido por

meio de análise documental para representar o conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de forma diferente da apresentada no modelo GRI. Assim, procedeu-se a uma análise documental dos relatórios de sustentabilidade de 2011 a 2014 das dez empresas do setor elétrico que fazem parte do ISE.

Em relação à decisão de analisar o setor de energia elétrica, destaca-se que as empresas desse segmento têm papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico brasileiro, apesar de sua própria atividade gerar impacto negativo ao meio ambiente (BORGES, 2011). Além disso, o setor representa 10,685% da carteira do ISE (BM&FBOVESPA, 2014) e é um dos mais suscetíveis à intervenção estatal (BRAGA et al., 2011; PARENTE et al., 2014). No que diz respeito ao período delimitado para a análise desta pesquisa, que compreende os relatórios de 2011 a 2014, resalta-se que o último quinquênio foi iniciado em 2011, além de neste mesmo ano ter sido criado o fundo It Now ISE Fundo Índice, com administração do Banco Itaú, que busca refletir o retorno da carteira do ISE (BM&FBOVESPA, 2014).

A coleta de dados foi realizada nos *sites* das organizações, nos quais se buscaram os relatórios GRIs do período em questão. A população compreende as empresas listadas no ISE da BM&FBovespa, e a amostra utilizada foram as empresas que integram o setor de energia elétrica. Nesse sentido, dez organizações deste segmento compõem o índice, são elas: AES Tiête, Cemig, Coelce, Copel, CPFL energia, Eletrobras, Eletropaulo, Energias BR, Light S/A, Tractbel. Dessa forma, foi analisado um total de 40 relatórios de todas as empresas consideradas nesta investigação.

Buscando atender o objetivo da pesquisa, que é analisar como ocorre o isomorfismo nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico que compõem o ISE, e tomando por base estudos anteriores (ELKINGTON, 1999; JACOMOSSO;

CASAGRANDE; REIS, 2015; PARENTE et al. 2014; RIBEIRO, 2011), além de indicadores propostos pelo modelo GRI e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, criou-se um quadro com subcategorias divididas entre as três principais dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental, para que, por meio delas, pudessem ser identificadas as práticas das empresas em cada uma, (Ver Quadro 1):

Deste modo, foi utilizada a análise de conteúdo como técnica de avaliação de dados, que permite identificar e agrupar as informações de acordo com a finalidade da pesquisa (BARDIN, 1977), em que se buscaram identificar, nos relatórios, práticas e procedimentos das dez organizações vinculadas às subcategorias elencadas acima, durante o período de 2011 a 2014. Foram realizadas anotações das práticas e procedimentos descritos em cada relatório de cada empresa para confronto *a posteriori*, de forma a identificar alguma convergência de informações, ou seja, práticas ou procedimentos isomórficos. Para tanto, foi criado um quadro composto pelas empresas e pelos três mecanismos preditivos de mudança isomórfica identificados por DiMaggio e Powell (2007): coercitivo, mimético e normativo, que será apresentado nos resultados.

4 Apresentação e análise dos dados

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir das análises dos relatórios da GRI publicados pelas empresas do setor escolhido para o estudo, além das características isomórficas identificadas.

A apresentação será feita por dimensão e subcategorias, dessa forma, a dimensão Econômica é composta por três subcategorias: Desempenho Econômico – DE (sigla); Impactos Econômicos

DIMENSÕES	SUBCATEGORIAS	AUTORES
<p>Econômica Trata dos impactos da organização sobre as condições econômicas das suas partes interessadas e sobre os sistemas econômicos a nível local, nacional e global.</p>	<p>Desempenho Econômico (DE): valor econômico gerado e distribuído pela organização, riscos e oportunidades. Impactos Econômicos Indiretos (IEI): desenvolvimento de investimentos significativos em infraestrutura e serviços apoiados, impactos atuais ou esperados sobre a comunidade economias locais. Ajuda financeira recebida do governo (AFRG): explicitação da ajuda financeira recebida do governo no decorrer do período coberto pelo relatório.</p>	<p>GRI (2015); Elkington (2012); Souza-IBASE (1980); Jacomossi; Casagrande; Reis (2015).</p>
<p>Social Relaciona-se aos impactos da organização nos sistemas sociais em que opera.</p>	<p>Capacitação e Desenvolvimento Profissional (CDP): ações que promovam a capacitação profissional de modo que os colaboradores possam desenvolver sua profissão. Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (PTTD): incorporação de diretrizes de declarações e convenções de órgãos internacionais, incluindo benefícios concedidos aos trabalhadores, mudanças das atividades, treinamento e educação, etc. Direitos Humanos (DH): implementação de processos casos de violação de direitos humanos e mudanças na capacidade de stakeholders de desfrutar e exercer seus direitos humanos. A igualdade de gênero, liberdade de associação e trabalho forçado, trabalho infantil são exemplos de aspectos abordados. Ações para Comunidade (AC): impactos gerados por uma organização na sociedade e em comunidade local.</p>	<p>Jacomossi et al. (2015); GRI (2014); Souza-IBASE (1980); Ribeiro (2011).</p>
<p>Ambiental Está vinculada aos impactos da organização nos sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas, solos, ar e água.</p>	<p>Investimentos na Produção/Operação da Empresa (IPO): montante que a organização destina a produção e operacionalização das atividades. Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos (IPE): direcionamentos da organização na realização de projetos para a comunidade, programas de conscientização e melhoria da questão ambiental. Água (A): fontes de água utilizadas pela organização, fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada da água, além do volume de água reciclada e reutilizada pela organização. Energia (E): consumo total durante o exercício de fontes não renováveis e renováveis de energia, nível de intensidade energética, relatos de redução do consumo de energia obtido. Biodiversidade (B): áreas de alto valor para biodiversidade, impactos significativos de atividades, <i>habitats</i> protegidos e restaurados e espécies protegidas situadas em áreas afetadas. Emissões (EM): emissão de gases no efeito estufa – carbono CO₂ e de substâncias que destroem a camada de ozônio. Efluentes e Resíduos (ER): descarte de água, peso dos resíduos, número e volume de vazamentos significativos.</p>	<p>GRI (2015); Souza-IBASE (1980); Elkington (2012); Jacomossi; Casagrande; Reis (2015).</p>

Quadro 1: Construto da pesquisa

Fonte: Adaptado de Parente et al. (2014) e Jacomossi, Casagrande, Reis (2015).

Indiretos – IEI; Ajuda Financeira Recebida do Governo – AFRG (GRI, 2013).

A Tabela 1 apresenta os dados da dimensão Econômica referente ao período em análise, a forma de apresentação dos resultados foi baseada na pesquisa de Jacomossi, Casagrande e Reis (2015).

A informação completamente evidenciada no relatório diz respeito aquela em que todos os itens da subcategoria estão explícitos nos relatórios. Informação parcialmente evidenciada refere-se a informações das subcategorias que não foram totalmente explicitadas nos relatórios, por exemplo, informação incompleta sobre o Desempenho Econômico (DE) da Cemig em

2014. Informação não evidenciada no relatório remete a informação não encontrada no relatório referente à determinada subcategoria. Esse mesmo modo de análise foi utilizado para as demais dimensões: social e ambiental.

Conforme a Tabela 1, observa-se que as empresas AES Tiête e Eletropaulo divulgaram as informações referentes às subcategorias da dimensão Econômica ao longo dos quatro anos, exceto em 2011, que não contempla a ajuda financeira recebida do governo (AFRG); porém, observa-se que a evidência dessa informação apareceu de forma parcial nos dois anos seguintes, e em 2014 foi completamente informada.

Tabela 1: Resultados da dimensão Econômica

ANO	EMPRESAS	AES	CEMIG	COELCE	COPEL	CPFL	ELEB.	ELEP.	E. BR	LIGHT	TRACT.
2011	Subcategorias	DE									
		IEI									
		AFRG									
2012	Subcategorias	DE									
		IEI									
		AFRG									
2013	Subcategorias	DE									
		IEI									
		AFRG									
2014	Subcategorias	DE		*							
		IEI		*							
		AFRG		*							

	Informação completamente evidenciada no relatório
	Informação parcialmente evidenciada no relatório
	Informação não evidenciada no relatório
*	Relatório GRI não encontrado

Fonte: Os autores.

A Cemig, Tractebel CPFL, Energias BR tiveram as informações da dimensão Econômica evidenciadas ao longo dos quatro anos, de forma parcial e completa, mostrando que essas empresas atenderam aos indicadores desta dimensão propostos pelo modelo da GRI. A CPFL considera a subcategoria Impactos Econômicos Indiretos – IEI como não material nos anos de 2011 e 2012 e, por esse motivo, ela foi apresentada de maneira parcial.

A Copel foi a única empresa que obteve as informações completamente evidenciadas durante todo o período e em todas as subcategorias. A Coelce também apresentou seu *disclosure* econômico; entretanto, em 2014, não foi encontra-

do o relatório da GRI no *site* da organização. A Eletrobras e a Light não apresentaram informações ao longo do período sobre ajuda financeira recebida do governo, mas as demais subcategorias foram evidenciadas.

De maneira geral, as informações sobre a dimensão Econômica foram apresentadas na maior parte das empresas. Dessa forma, observa-se que elas têm tentado seguir as diretrizes do modelo elaborado pela GRI, que é um modelo institucionalizado e legitimado perante a sociedade. Além disso, as participantes neste estudo compõem o ISE que pertence a BM&FBovespa e estão sujeitas a normas específicas da Comissão de Valores

Mobiliários – CVM, o que faz com que suas informações tendam a ser divulgadas e tenham alcance de diversos usuários e, dessa forma, também são apresentadas nos relatórios de sustentabilidade, tendo em vista que já foram divulgadas anteriormente (PARENTE et al., 2014).

Em relação à dimensão Social, busca-se identificar quais as contribuições das organizações em relação à sociedade. Essa dimensão é composta pelas seguintes subcategorias: Capacitação

e Desenvolvimento Profissional – CDP; Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente – PTTD; Direitos Humanos – DH; Ações para Comunidade – AC (GRI, 2015).

A Tabela 2 apresenta os dados referentes às subcategorias da dimensão Social das empresas em análise.

De acordo com a Tabela 2, percebe-se que a dimensão Social foi bastante evidenciada nos relatórios das empresas, seja parcialmente ou por com-

Tabela 2: Resultados da dimensão Social

ANO	EMPRESAS	AES	CEMIG	COELCE	COPEL	CPFL	ELEB.	ELEP.	E. BR	LIGHT	TRACT.
2011	Subcategorias	CDP									
		PTTD									
		DH									
		AC									
2012	Subcategorias	CDP									
		PTTD									
		DH									
		AC									
2013	Subcategorias	CDP									
		PTTD									
		DH									
		AC									
2014	Subcategorias	CDP			*						
		PTTD			*						
		DH			*						
		AC			*						

	Informação completamente evidenciada no relatório
	Informação parcialmente evidenciada no relatório
	Informação não evidenciada no relatório
*	Relatório GRI não encontrado

Fonte: Os autores.

pleto. Esse destaque pode indicar que as organizações desta pesquisa parecem ter um compromisso social e esse fato é apresentado nos relatórios por meio do relato das ações realizadas por estas.

A AES Tiête e a Eletropaulo não reportaram em seus relatórios informações sobre direitos humanos no ano de 2013. Já em 2014, e nos anos anteriores, essa informação foi evidenciada, e não há justificativa no relatório para a não descrição em 2013. A Light nos anos de 2013 e 2014 não apresentou informação sobre Capacitação e Desenvolvimento Profissional, como o fez anos anteriores utilizando o modelo IBASE. Pode-se afirmar que a empresa reestruturou a forma de reportar os indicadores, mas ainda seguindo o modelo GRI.

A criação de projetos sociais surge com a ocorrência das pressões sociais, e as organizações que afirmam serem socialmente responsáveis buscam adaptar seus interesses. Essa conformidade com as demandas da sociedade faz com que essas instituições alcancem apoio social e reduzam suas incertezas, não por este fato torná-las eficientes, mas por apresentarem práticas compatíveis com as convenções aceitas (RIBEIRO, 2011).

Como exemplos de projetos sociais, cita-se a criação de atividades voltadas para os colaboradores, como ginástica laboral, capacitação, programas voltados a beneficiar comunidades que possuem baixo consumo de energia e projetos que incentivam os funcionários a cuidarem da saúde.

Seguindo, na dimensão Ambiental, atenta-se para os impactos da organização sobre os ecossistemas, incluindo aspectos bióticos e abióticos, além de abranger leis e regulamentos ambientais e gastos e investimentos ambientais (GRI, 2015).

Essa dimensão é composta pelas seguintes subcategorias: Investimentos na Produção/Operação da Empresa – IPO (sigla); Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos – IPE; Água – A; Energia – E; Biodiversidade – B; Emissões – EM; Efluentes e Resíduos – ER (GRI, 2015).

A Tabela 3 apresenta os resultados da dimensão Ambiental de acordo com cada empresa e ano.

As subcategorias da dimensão Ambiental foram, em geral, evidenciadas nos relatórios das empresas, por completo ou parcialmente. A AES Tiête não informou os Investimentos em Projetos e/ou Programas Externos, no ano de 2011, mas fez esse reporte nos anos seguintes, pois a organização reportou ter destinado recursos para este fim.

A Cemig teve as informações evidenciadas de forma parcial ao longo dos anos. A Coelce divulgou de forma completa os reportes das subcategorias, exceto no ano de 2014 (relatório não encontrado). A Copel e a Energias BR apresentaram as informações em seus relatórios de forma completa em todos os anos. A Eletrobras, no ano de 2011, apresentou, de forma completa, *disclosure* da dimensão Ambiental, nos anos posteriores algumas delas foram reportadas parcialmente.

No caso da Eletropaulo o reporte das informações referentes à Água, Energia, Biodiversidade, Emissões, Efluentes e Resíduos, ocorreu de forma parcial no ano de 2011. Nos anos consecutivos, apenas algumas dessas subcategorias foram reportadas de modo parcial, como a Água e Biodiversidade, as demais foram completamente informadas. A Light e a Tractbel, nos dois primeiros anos, apresentou informações parciais, e, nos dois últimos, de maneira completa.

Essa mudança no reporte de informações de uma empresa, de um ano para outro, pode-se dar pela própria cobrança social que ela sofre, pelo fato de ter que atender o modelo dos relatórios da GRI e também por perceber que outras organizações têm apresentado *disclosure* da sustentabilidade de forma completa e têm recebido destaque no ambiente deste setor, como, por exemplo, a AES Tietê que conquistou o prêmio de melhor relatório anual na categoria de empresas com faturamento até R\$ 2 bilhões.

Tabela 3: Resultados da dimensão Ambiental

ANO	EMPRESAS	AES	CEMIG	COELCE	COPEL	CPFL	ELEB.	ELEP.	E. BR	LIGHT	TRACT.
2011	Subcategorias	IPO									
		IPE									
		A									
		E									
		B									
		EM									
		ER									
2012	Subcategorias	IPO									
		IPE									
		A									
		E									
		B									
		EM									
		ER									
2013	Subcategorias	IPO									
		IPE									
		A									
		E									
		B									
		EM									
		ER									
2014	Subcategorias	IPO			*						
		IPE			*						
		A			*						
		E			*						
		B			*						
		EM			*						
		ER			*						

	Informação completamente evidenciada no relatório
	Informação parcialmente evidenciada no relatório
	Informação não evidenciada no relatório
*	Relatório GRI não encontrado

Fonte: Os autores.

De acordo com o que foi observado nas três tabelas apresentadas, percebe-se que as organizações do setor elétrico que integram o ISE buscaram divulgar suas estratégias e suas *performances* nas três dimensões da sustentabilidade. Em princípio, algumas informações não foram descritas nos relatórios (ano de 2011), mas, em geral, as subcategorias têm informações evidenciadas na maioria dos relatórios analisados neste estudo.

Após a análise das subcategorias, conforme cada dimensão, a Tabela 4 diz respeito à evidência das empresas que apresentaram características isomórficas.

A evidência de característica isomórfica identificada refere-se à forma de reporte das organizações nas práticas realizadas por elas mesmas. A não identificação de características isomórficas se refere a não identificação de tal característica nas empresas.

Tabela 4: Resultado sobre a evidenciação de informações com características isomórficas

ISOMORFISMO	EMPRESAS	AES	CEMIG	COEL	COPEL	CPFL	ELEB	ELEP	E. BR	LIGHT	TRACT
	COERC.	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	MIMÉT.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	NORMA.	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

* Evidência de característica isomórfica identificada
 - Não identificação de características isomórficas

Fonte: Os autores.

Com base na análise dos relatórios das empresas nos anos de 2011 a 2014, e no que diz respeito ao isomorfismo coercitivo, constatou-se que as pressões formais e informais sofridas pelas empresas analisadas apresentaram diversos aspectos similares. De fato, a existência de um ambiente jurídico comum afetou muitos aspectos do comportamento e da estrutura da organização e resultou em práticas isomórficas coercitivas (MACHADO-SILVA, 2001; DIMAGGIO; POWELL, 2007; VICENTE; PORTUGAL, 2014). Deste modo, as pressões formais, baseadas em dispositivos legais da legislação internacional e nacional, provocaram a adaptação das estratégias corporativas das dez empresas estudadas. Os principais reportes são relativos à legislação ambiental, de saúde e segurança no trabalho, e específica do setor.

Dentre as pressões formais relatadas nos relatórios, a lei estadunidense Sarbanes-Oxley (SOX), desenvolvida para reduzir o risco de fraudes financeiras e assegurar a confiabilidade das demonstrações contábeis, foi mencionada com frequência nos documentos analisados, visto que parte das empresas como AES Tietê, Cemig, Coelce, Copel, CPFL, Eletrobras, Eletropaulo, Energias BR e Tracatabel são subsidiárias de corporações internacionais que possuem ações negociadas no mercado estadunidense. Além disso, elas também apresentaram suas demonstrações financeiras em consonância com as normas internacionais de con-

tabilidade da International Financial Reporting Standards (IFRS).

Em relação às pressões formais oriundas da legislação nacional, destaca-se a criação de dois instrumentos legais, mencionados nos relatórios, que provocaram mudanças em práticas das empresas, a saber: a Lei n. 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, e a Lei Federal nº 12.651/2012 (alteração do Código Florestal). Ambas possuem implicações para empresas de outros setores, mas foram destacadas nos relatórios das analisadas neste estudo, pois desencadearam na mudança de contratos e na realização de treinamentos. A primeira versa sobre a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública; e a segunda foi mencionada, dentre outros motivos, por dispor sobre as áreas marginais dos reservatórios de água, as considerando como Áreas de Preservação Permanente (APP) que não podem sofrer intervenção ou ocupação salvo em casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental. A criação das duas leis provocou mudanças imediatas em práticas organizacionais estando, portanto, em consonância com o entendimento de DiMaggio e Powell (2007), que salientam que, em algumas situações, a mudança organizacional é uma resposta direta a uma determinação organizacional.

Outras pressões formais resultaram da existência de leis específicas para o setor elétrico. Todas as empresas estudadas estão alinhadas ao

Programa Nacional de Eficiência Energética, conforme a Lei n. 9991/2000, que determina a destinação de 1% da receita operacional líquida da companhia para projetos e pesquisas com esta finalidade. Assim, cada uma tem projetos específicos destinando recursos para projetos que incorporam as dimensões do desenvolvimento sustentável. Esses resultados corroboram os reportados por Warken e Klan (2014), que encontraram a presença de isomorfismo coercitivo de 36,56% na Universidade Federal da Fronteira Sul, ocorrendo principalmente devido ao atendimento à legislação.

A tarifa social de energia elétrica, instituída pela Lei n. 10.438/2002, que oferece descontos sobre o consumo de energia elétrica para famílias de baixa renda que gastam pouca energia elétrica, também é oferecida por todas as empresas. Além disso, a Lei n. 12.783/2013, que trata da redução nos custos da transmissão e geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), também provocou alterações nas práticas das organizações estudadas.

Deve ser ressaltado ainda que as práticas isomórficas coercitivas também ocorreram devido às pressões informais, pois alguns mecanismos de controle não partiram de ações estatais, mas de outros órgãos e institutos (WILLIAMS et al., 2009; JOÃO; OLIVEIRA, 2011; RIBEIRO, 2011; JACOMOSSI; CASAGRAND; REIS, 2015). Exemplo disso é a adesão de nove empresas ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, iniciativa do Instituto ETHOS, da ONU e de outros órgãos que visa a promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção, e a adesão às recomendações de Melhores Práticas da Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que apresenta diretrizes para a criação uma relação de confiança, integridade e respeito com acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores, sociedade e Governo.

Por fim, destaca-se que outros mecanismos de isomorfismo coercitivo não foram aplicados de maneira similar às dez empresas do setor elétrico, visto que estão relacionados às falhas destas. A aplicação de multas ou sanções, em razão do descumprimento de defesa dos consumidores, normas ambientais e/ou tributárias, foi relatada nos relatórios e variou conforme cada organização. Enquanto a AES Tietê não recebeu nenhuma ou sanção no período analisado, a Tractebel foi multada pelo descumprimento de normas ambientais em 2011 e 2013, e a Coelce recebeu multas e sanções em todos os anos. Com exceção da AES Tietê, as demais organizações também foram punidas em algum dos anos por cometer tais infrações. A pesquisa realizada por Jacomossi, Casagrande e Reis (2015) encontrou existência de isomorfismo coercitivo por parte das organizações brasileiras que fazem parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade, mas no sentido de divulgação de informações nos relatórios da plataforma GRI.

Com relação ao isomorfismo mimético, que ocorre quando existem objetivos ambíguos e metas mal definidas ou aspecto de incerteza, não se pode afirmar a presença deste nas empresas analisadas, pois as metas e objetivos são esclarecidos nos relatórios conforme a missão e visão de cada organização e as ações são direcionadas para atingi-los. Porém, percebe-se que existem projetos e programas iniciados antes de 2011, comuns entre a maioria das organizações analisadas, como o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Programa Luz Para Todos (LPT); o projeto de Reflorestamento e Arborização Urbana; e o de Educação Ambiental.

O programa LPT institucionalizado em 2003 tem como objetivo fornecer energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público, e seis das empresas analisadas integram suas atividades ao programa (Coelce, Eletrobras, Copel, Cemig,

CPFL, Energias BR); o projeto Reflorestamento e Arborização Urbana tem o objetivo de tentar diminuir os danos causados às áreas no entorno onde as organizações atuam e busca incentivar a plantação de mudas; a Educação Ambiental é abordada nas organizações de forma individual, ou seja, as empresas possuem atividades próprias nas quais realizam palestras e ações informativas.

Além de terem programas e projetos em comum, as empresas analisadas nesta pesquisa possuem certificações ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade; 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS18001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho, apesar dessas certificações existirem antes de 2011, as organizações passaram a aderir-las, pois tornaram-se institucionalizadas e legitimadas, essa demanda da legitimidade da ISO também foi reportada na pesquisa de Sabado e Farias Filho (2011). Assim, a adesão do sistema ISO se remete a questão da reputação conforme Othman, Darus, Arshad (2015).

Em relação às práticas isomórficas pautadas na busca para definir condições e métodos de trabalho, ou seja, baseadas na profissionalização e relacionadas ao isomorfismo normativo (DIMAGGIO; POWELL, 2007), destaca-se que elementos desse tipo de isomorfismo foram descritos nos relatórios, uma vez que as pressões normativas também se relacionam com a aproximação das empresas com universidades e instituições de formação profissional para legitimar suas atividades.

As dez organizações retratam nos seus relatórios esforços empregados para desenvolver projetos em parceria com instituições de ensino superior, bancos que fomentam o desenvolvimento econômico, institutos, fundações e outras empresas (RIBEIRO, 2011; SILVA; CAMPANARIO; SOUZA, 2013). A Cemig, por exemplo, possui convênio com uma empresa espanhola, com a Universidade Federal de Minas Gerais e com a Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de

Minas Gerais (Fapemig) para desenvolver uma usina solar experimental. Já a CPFL Energia possui um projeto com o objetivo de avaliar os impactos na rede elétrica e na expansão do sistema a partir da adoção de modelos de veículos elétricos e o operacionaliza com o apoio da Universidade Estadual de Campinas e de outras empresas, como a Natura e a 3M.

Ressalta-se, contudo, que alguns aspectos do isomorfismo normativo não foram evidenciados nos relatórios, uma vez que tais aspectos estão vinculados à contratação de indivíduos que atuam por outras empresas do mesmo setor; às formas de controle do que é produzido pelos colaboradores; e ao processo de socialização dos recém-contratados nas organizações.

Os achados nesta pesquisa se assemelham aos encontrados nos trabalhos desenvolvidos por Sabado e Farias Filho (2011), Ribeiro (2011), Sampaio et al. (2012), Warken e Klan (2014), Silva, Campanario e Souza (2013), Parente et al. (2014) e Jacomossi, Casagrande e Reis (2015), nos quais evidenciam presença de isomorfismo, principalmente coercitivo e normativo, conforme anteriormente citado.

5 Conclusão

A partir do surgimento da teoria institucional no meio organizacional, questões, como a legitimidade, a sobrevivência e o isomorfismo, passaram a ser estudadas nas organizações, principalmente quando se analisam empresas que pertencem ao mesmo setor, conforme as pesquisas desenvolvidas por Ribeiro (2011), Sampaio et al. (2012), Warken, Klan (2014), Silva, Campanario e Souza (2013), Parente et al. (2014) e Jacomossi, Casagrande e Reis (2015). Para a teoria institucional, as organizações devem buscar meios de

sobrevivência, por meio de projetos, programas, modelos ou tecnologias já institucionalizados.

Ao considerar que o ISE é um índice institucionalizado e que tem formado carteiras com empresas que possuem comprometimento com a sociedade e o meio ambiente, o objetivo neste estudo foi analisar como se apresenta o isomorfismo nos relatórios de sustentabilidade das organizações do setor elétrico que compõem o índice. Para atender tal objetivo, foram analisados os relatórios de 2011 a 2014 de dez integrantes desse setor que compõem o índice considerando três dimensões da sustentabilidade – Econômica, Social e Ambiental – e das subcategorias correspondentes. Diante dos resultados obtidos com esta investigação, alguns pontos merecem ser destacados.

Em relação à evidência de informações correspondentes às subcategorias estabelecidas no construto da pesquisa, baseadas nas três dimensões da sustentabilidade, constatou-se que, de maneira geral, as dez organizações retratam as subcategorias em seus relatórios. Na dimensão Econômica, apenas a subcategoria Ajuda Financeira Recebida do Governo deixou de ser evidenciada nos quatro anos pelas empresas Eletrobras e Light. Já a Eletropaulo e a AES Tiête não divulgaram em 2011, mas passaram a reportar nos anos seguintes. Em relação à dimensão Social, pode-se afirmar que foi bastante reportada, uma vez que apenas a subcategoria Direitos Humanos não foi apresentada no ano de 2013 pela AES Tiête e Eletropaulo, e a Light não reportou informações sobre Capacitação e Desenvolvimento Profissional em 2013 e 2014. No que diz respeito à dimensão Ambiental, constatou-se que, igualmente à social, tal dimensão foi bastante evidenciada nos relatórios, apenas a CPFL não apresentou informações sobre Biodiversidade, Emissões, Efluentes e Resíduos, nos anos de 2011 e 2012, mas reportou nos anos seguintes.

No que se refere às características isomórficas, foi evidenciada a presença de isomorfismo co-

ercitivo e normativo nos relatórios analisados. O isomorfismo coercitivo foi identificado por meio das pressões formais, por meio da legislação geral e do setor, como a Lei Federal Anticorrupção, de n. 12.846/2013, Lei Federal n. 12.651/2012 (alteração do Código Florestal) e a Lei n. 9991/2000 do Programa Nacional de Eficiência Energética; e, por meio de pressões informais, como a adesão de nove empresas ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, iniciativa do Instituto ETHOS, da ONU, e a adesão às recomendações de Melhores Práticas da Governança Corporativa, do IBGC.

O isomorfismo normativo, por sua vez, foi identificado por meio da aproximação das empresas com universidades e instituições de formação profissional para legitimar suas atividades. As dez organizações retratam nos seus relatórios esforços empregados para desenvolver projetos em parceria com instituições de ensino superior, bancos que fomentam o desenvolvimento econômico, institutos, fundações e outras empresas. Não foi identificada a contratação de ex-funcionários de uma organização para integrar o quadro de colaboradores de outra organização. E em relação ao isomorfismo mimético, ele não foi identificado entre o período analisado, embora as organizações analisadas participem de projetos em comum criados antes de 2011, como o Programa Luz Para Todos do governo Federal, o projeto de Educação Ambiental e o projeto de Reflorestamento e Arborização Urbana.

Dessa forma, o *disclosure* da sustentabilidade informados pelas organizações tende a possuir aspectos isomórficos e esse fato pode ser compreendido pela ocorrência da institucionalização desses relatórios e pela própria legislação que obriga as empresas a se adaptarem às novas exigências. Em contrapartida, nota-se que, apesar de estarem no mesmo setor e submissas a mesma legislação, as formas como as empresas se adaptam e reagem aos mecanismos legais são distintas, como, por

exemplo, as multas e sanções recebidas ocorreram de modos diferentes.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa contribuiu com a literatura acerca da sustentabilidade sob o enfoque da teoria institucional e evidenciou que existe a presença de isomorfismo nas informações prestadas dos relatórios de sustentabilidade. A teoria institucional é extensa e pode ser utilizada para a investigação de diversas temáticas, relacionadas ou não ao desenvolvimento sustentável.

Sugere-se, para estudos futuros, a identificação dos motivos da adoção de posturas sustentáveis e legitimadas, como a adesão as normas ISO por algumas empresas e por outras não. Além disso, outros métodos podem ser utilizados, como o método quantitativo.

Nesta pesquisa, o uso apenas do relatório GRI, como fonte de dados, tornou-se uma limitação, assim, podem-se utilizar outras ferramentas de modo que se possibilite identificar aspectos isomórficos com mais detalhes. Essas ferramentas podem ser entrevistas e questionários, como as usadas nos trabalhos de Warken, Liani e Klan (2014), Silva, Campanario e Souza (2013) e Sabado e Farias Filho (2011). Por fim, investigações podem ser realizadas em diversos outros setores, buscando também a identificação de características isomórficas.

Referências

ASHLEY, P. A. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARBIERI, J. C. et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 2, p. 146-154, 2010.

BARBOSA, A. C. *Responsabilidade Social Corporativa do Polo Industrial de Camaçari: influência do conselho comunitário consultivo*. 2003. 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo)–Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2003.

BARBOSA, P. R. A. *Índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo (ISE-BOVESPA): exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa*. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração)–Instituto COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPEAD/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BMF&BOVESPA. *Metodologia do índice de sustentabilidade empresarial*. 2014. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

BORGES, F. B. Indicadores de sustentabilidade energética: uma proposta para tomada de decisão a partir do setor industrial do estado do Pará. *Revista de Economia e Administração*, v. 10, n. 3, p. 366-392, 2011.

BRAGA, C. et al. Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 4, n. 2, p. 230-262, 2011.

CAMPBELL, J. L. Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. *Academy of Management Review*, v. 32, n. 3, p. 946-967, 2007.

CARROL, A. B. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. *Journal of Business Ethics*, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. *RAP*, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CRUBELLATE, J. M.; GRAVE, P. S.; MENDES, A. A. A questão institucional e suas implicações para o pensamento estratégico. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 8, edição especial, p. 35-60, 2004.

CZINKOTA, M.; KAUFMANN, H. R.; BASILE, G. The relationship between legitimacy, reputation, sustainability and branding for companies and their supply chains. *Industrial Marketing Management*, v. 43, n. 1, p. 91-101, 2014.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. Jaula de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Coords.). *Teoria das organizações*. Série RAE – Clássicos. São Paulo: Atlas, p. 117-142, 2007.

ELKINGTON, J. *Sustentabilidade: canibais com garfo e faca*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

ELKINGTON, J. *Triple Bottom-Line reporting: looking for balance*. Australian: CPA, 1999.

- FONSECA, A. et al. The state of sustainability reporting at Canadian Universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v. 12, n. 1, p. 22-40, 2011.
- GODÓI-DE-SOUSA, E.; BUENO, J. M.; ALVES, M. B. F. A evolução dos relatórios de sustentabilidade: uma avaliação em quatro empresas brasileiras do ramo de energia elétrica. *Gestão Contemporânea*, n. 13, 2013.
- GRI – Global Reporting Initiative. *Diretrizes para relatórios de sustentabilidade*, 2015. Disponível em: <www.globalreporting.org>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- HAWLEY, A. Human ecology. In: SILLS, D. L. (Ed.). *International encyclopedia of the social sciences*. New York: Macmillan, 1968. p. 328-337.
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. 1980. Disponível em: <http://www.ibase.org.br>. Acesso em: 23 jul. 2015.
- JACOMOSSI, F. A.; CASAGRANDE, R. M.; REIS, L. G. O isomorfismo nos relatórios de sustentabilidade: uma análise das empresas brasileiras que compõem o Dow Jones Sustainability Index. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 4, n. 2, 2015.
- JOÃO, J. C. O.; MACHADO, D. D. P. N. Teoria Institucional: aderência às normas de RH em agências bancárias. *Revista Eletrônica Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 12, p. 236-253, 2012.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L. et al. Formalismo como mecanismo institucional coercitivo de processos relevantes de mudança na sociedade brasileira. In: ENANPAD, 25. 2001, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPAD, 2001.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Nota técnica; a teoria institucional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. v. 1. São Paulo: Atlas, 1998.
- MELO, G. T.; HELAL, D. H. Estratégia e teoria institucional: convergências, divergências e perspectivas de pesquisa. *Gestão Contemporânea*, n. 15, 2014.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- MOTTA, F. C.; VASCONCELOS, I. F. *Teoria geral da administração*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- OTHMAN, S.; DARUS, F.; ARSHAD, R. The influence of coercive isomorphism on corporate social responsibility reporting and reputation. *Social Responsibility Journal*, v. 7, n. 1, p. 119-135, 2011.
- PARENTE, P. H. N. et al. Teoria institucional e disclosure de sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, v. 13, n. 3, p. 889-918, 2014.
- RESE, N.; CANHADA, D. I. Análise de sustentabilidade de bancos comerciais. *R. Adm. FACES Journal*, v. 11, n. 1, p. 130-149, 2012.
- RIBEIRO, M. L. A sustentabilidade ambiental como isomorfismo institucional: um estudo dos mecanismos de adaptação que conduzem a similaridade do setor bancário brasileiro. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade Nove de Julho – Uninove, São Paulo, 2011.
- SABADO, J. O. S.; FARIAS FILHO, M. C. Ações de sustentabilidade influenciando o isomorfismo no campo das organizações da indústria de construção civil. *REUNA*, v. 16, n. 4, p. 27-42, 2011.
- SAMPAIO, M. S. et al. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. *Revista Universo Contábil*, v. 8, n. 1, p. 105-122, 2012.
- SCOTT, W. R. *Institutions and organizations*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.
- SILVA, H. H. M.; CAMPANARIO, M. A.; SOUZA, M. T. S. O isomorfismo na educação ambiental como tema transversal em programas de graduação em administração. *Revista de Ciências da Administração*, v. 15, n. 37, p. 170-186, 2013.
- STROBEL, J. S. *Modelo para mensuração da sustentabilidade corporativa através de indicadores*. 2005. 136 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- VASCONCELOS, I. F.; ALVES, M. A.; PESQUEUX, Y. Responsabilidade social corporativa e desenvolvimento sustentável: olhares habermasianos. *RAE*, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 148-152, 2012.
- VICENTE, S. C.; PORTUGAL, M. Isomorfismo coercitivo: as implicações das pressões institucionais no processo de aquisições de empresas brasileiras. In: Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, 3., 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: SINGEP, 2014.
- WARKEN, M.; LIANI, I.; KLAN, R. C. Sustentabilidade ambiental: um estudo sob a perspectiva da teoria institucional. *Contabilidade y Negocios*, v. 9, n. 18, p. 99-113, 2014.
- WILLIAMS, Z. et al. Why all the changes? An institutional theory approach to exploring the drivers of Supply Chain Security (SCS). *International Journal of Physical*, v. 39, n. 7, p. 595-618, 2009.
- ZUCKER, L. G. The role of institutionalization in cultural persistence. *American sociological review*, p. 726-743, 1977.

Recebido em 21 dez. 2015 / aprovado em 2 maio 2016

Para referenciar este texto

SILVA, N. E. F.; COELHO, P. F. C.; CAVALCANTE, C. E. Isomorfismo e sustentabilidade: análise nas empresas do setor elétrico brasileiro. *Exacta – EP*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 251-268, 2016.